

## Principais Títulos

### Uruguai e Paraguai querem mudar Mercosul

#### Reunião Ministerial UE-Mercosul

#### Política externa: fracasso ou sucesso?

#### De Rio Branco a Celso Amorim

## Integração

### Para Brasil, tratado com EUA fará Uruguai deixar de ser membro pleno do Mercosul

O governo brasileiro considera que o Uruguai não pode negociar um tratado de livre comércio com os Estados Unidos e manter seu status atual de membro pleno do Mercosul. "Lamentavelmente, neste caso não existe amizade colorida", brincou o assessor internacional do Planalto, Marco Aurélio Garcia, em entrevista coletiva em Buenos Aires. Segundo Garcia, os vínculos do Uruguai com o Mercosul, que obrigam o país a negociar acordos comerciais junto com o bloco, são incompatíveis com uma negociação autônoma com Washington, descartando que o país possa obter um "waiver" (a isenção de algum compromisso ou obrigação de um tratado).

O funcionário brasileiro também disse que, até agora, não vê indícios de que o Uruguai esteja em vias de negociar um tratado de livre comércio com os Estados Unidos. Na semana passada, após encontro com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, Vázquez disse que os dois países vão trabalhar para estreitar os laços comerciais. Garcia também admitiu que o conflito entre o Uruguai e a Argentina em torno da instalação de duas fábricas de polpa de celulose na fronteira entre os dois países é uma questão que evidencia a debilidade institucional do bloco. O assessor presidencial afirmou que "lamentavelmente" o assunto está "confinado ao âmbito bilateral" entre Uruguai e Argentina, mas sustentou que o tema seguirá sendo abordado desta forma pelo Brasil, apesar das queixas uruguaias. (*Valor Econômico*, 09/05/06)

### Uruguai e Paraguai querem mudar Mercosul

Uruguai e Paraguai negociam uma reformulação no Mercosul para permitir que, como membros mais pobres, possam atrair investimentos externos importantes em suas economias. Enquanto Brasil e Argentina têm realizado freqüentes reuniões bilaterais, eles já promovem contatos paralelos. Os contatos foram confirmados pela chancelaria paraguaia. Já na noite de segunda, quando a imprensa uruguaia divulgou a possibilidade de o país mudar de status no Mercosul (deixando de ser membro pleno e passando a mero sócio), o chanceler uruguaio, Geraldo Gargano, telefonou de Washington (onde está com o presidente Tabaré Vázquez) para a chanceler paraguaia, Leila Rachid, informando-lhe da intenção de mudar o bloco, mas sem deixá-lo. Rachid concordou.

Uruguai e Paraguai esperam com discrição os desdobramentos. Hoje, Vázquez concede entrevista na Casa Branca, após reunião de negócios com o presidente dos EUA, George W.

Bush. Uruguaios e paraguaios consideram o Mercosul, apesar de todas as restrições ao atual modelo, a fórmula adequada para fortalecer a região. O problema para o Uruguai é que seus contatos com EUA, Europa, Cuba, China e Índia podem inviabilizar sua presença no bloco. Aprovada há seis anos para evitar assédios, a Resolução 32 estipula que os membros plenos não poderão negociar acordos individualmente. Além disso, para deixar de ser membro pleno e passar a mero associado, o Uruguai precisa da concordância de Brasil, Argentina e Paraguai.

O fundamento legal para a eventual decisão de mudar para sócio está no artigo 21 do Tratado de Assunção. O artigo 22 completa: deve haver negociação de 60 dias para se concretizar a liberação do tratado, após o pedido. *(Folha de São Paulo, 04/05/06)*

### **El mapa político del Cono Sur en transformación**

La semana pasada, una reunión entre Hugo Chávez, Lula da Silva y Kirchner, daba el puntapié inicial al megaproyecto del gran gasoducto que surcará toda Sudamérica, en momentos de emergencia energética mundial. Al mismo tiempo, y después de haber concretado la firma del Tratado de Comercio de los Pueblos, con Venezuela y Cuba, el gobierno de Evo Morales decide la renacionalización de los hidrocarburos que habían sido privatizados en la década del '90. Una reunión de emergencia en Iguazú hará que los presidentes de Argentina, Brasil, Venezuela y Bolivia discutan sobre las reglas en las que esta reestatización, que afecta principalmente a la empresa estatal Petrobrás y que compromete la provisión de gas hacia este país, se llevará adelante. Considerado el antecedente del ALBA auspiciado por Chávez, el TCP sentó las bases de un nuevo tipo de regionalismo, después de que el gobierno de Venezuela anunciara su salida de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) esencialmente por la firma de los TLC de Perú y Colombia con Estados Unidos, que afectará las ventajas obtenidas por aquel país en la agrupación andina. Argentina y Uruguay inmersas en un conflicto que todavía no se encauzó por canales regionales; el apoyo de las Cámaras Empresarias uruguayas a la firma de un TLC con Estados Unidos; los problemas exacerbados entre Bolivia y los grandes inversores brasileños.

Por otra parte la creación de una suerte de liderazgo alternativo al del Mercosur por parte del Presidente venezolano organizando un proyecto de infraestructura paralelo al ideado con Brasil y Argentina, en una reunión concertada con Uruguay y Paraguay en la que Chávez dejó inaugurado un circuito energético dirigido a los pequeños países del Mercosur. La suspensión de negociaciones bloque a bloque Mercosur -Comunidad Andina hasta tanto se defina la salida o permanencia de Venezuela; la aceleración de los tratados de comercio bilaterales entre Estados Unidos y los países de América Latina, con el avance que ello significa sobre las preferencias ya negociadas entre bloques regionales. Una agenda plétórica de conflictos, especialmente por la definición de políticas de nacionalización de los recursos naturales en la región, después de la asunción presente y futura (como Ollanta Humala en Perú), de dirigentes de corte nacional en América Latina. Varios proyectos de integración y modelos de desarrollo que conviven en América Latina, interdependientes desde lo económico, especialmente en lo que se relaciona con la energía, pero sin las coincidencias políticas que se percibían hace sólo algunos meses. El mapa político de la región aún está en transformación. *(Mercosur ABC, 04/05/06)*

### **Pequenas e médias exportadoras ganham espaço na Argentina**

A melhora na competitividade da economia argentina após o fim da paridade entre peso e dólar impulsionou o aparecimento de milhares de novas pequenas e médias empresas exportadoras. Desde a desvalorização de janeiro de 2002, o número de companhias que vendem produtos ao exterior subiu 31,6%, para quase 10 mil. Os dados estão em um estudo da consultoria argentina Abeceb.com.

As exportações argentinas entraram em um período de crescimento desde a saída do regime de conversibilidade, que manteve o peso atado ao dólar por mais de dez anos. No ano passado, chegaram a US\$ 40,013 bilhões, atingindo um recorde, com crescimento de 16,1% em relação a 2004. Para este ano, a previsão é de uma nova expansão, da ordem de 15%. Entre 2002 e o final de 2005, o total das exportações argentinas cresceu 51,5%, e essa expansão foi acompanhada pelas companhias pequenas e médias, com um aumento de 49,6%.

O estudo feito pela consultoria argentina afirma que as vendas externas das pequenas e médias empresas contam com mais valor agregado e geram mais emprego do que as exportações de grandes empresas. Segundo o documento, no ano passado o valor médio dos produtos exportados pelas pequenas e médias foi de US\$ 0,84 por quilo, contra US\$ 0,36 para as companhias de grande porte. Nas microempresas, esse valor chegou a US\$ 1,48. Ao mesmo tempo, a consultoria estima que para cada US\$ 1 milhão exportado, as micro, pequenas e médias empresas geraram 42 postos de trabalho, contra 26 no caso das grandes.

A maior parte da produção exportada pelas pequenas e médias está relacionada ao setor agropecuário e a carne concentrou 10% das vendas totais. Além das exportações do setor agropecuário, a desvalorização trouxe competitividade para diversas empresas que trabalham com produtos de "baixa tecnologia", com ênfase no design ou na recuperação de métodos de fabricação que haviam sido deixados de lado por causa do avanço de técnicas de produção em massa e da preferência dos consumidores, durante a época da conversibilidade, por produtos importados. *(Valor Econômico, 09/05/06)*



### **Negociação do Mercosul com UE não avança**

A reunião ministerial entre o Mercosul e a União Européia, que tinha o objetivo de tentar agilizar as negociações comerciais entre os dois blocos, terminou como era esperado: com uma retórica positiva, mas sem nenhum sinal de avanços concretos no curto prazo. Tradicionalmente, durante a Reunião de Cúpula entre a União Européia, América Latina e Caribe, é realizada reunião paralela com chefes de Estado europeus e do Mercosul para discutir a aproximação comercial entre os dois lados. Mas dessa vez, em Viena, a profunda crise vivida pelo bloco sul-americano forçou o cancelamento do evento.

A expectativa até muito recentemente era de que o encontro serviria para reanimar politicamente um processo de negociação que está estagnado. Deu-se justamente o contrário. Ficou claro que a negociação não deverá avançar enquanto o Mercosul não recuperar alguma unidade interna. Além disso, a conclusão da rodada da Organização Mundial do Comércio, que também vive um impasse, é um pré-requisito para a conclusão de um acordo birregional. O comunicado conjunto no fim da reunião de ontem diz que a União Européia e o Mercosul "reafirmaram conferir prioridade estratégica à celebração de um acordo de associação inter-regional ambicioso e equitativo" e observa a necessidade de avançar nas negociações. Para isso, haverá nova reunião ministerial, em data a ser definida. *(O Estado de São Paulo, 14/05/06)*

### **Reunião Ministerial UE-Mercosul**

Por ocasião da Quarta Cimeira entre a União Européia e os países da América Latina e do Caribe, realizada em Viena, a UE, representada pelo Secretário de Estado austríaco Hans Winkler, em representação da Presidência da UE, pela Comissária Benita Ferrero-Waldner, em representação da Comissão Européia, e pela Ministra do Comércio Externo e do Desenvolvimento e Ministra no Gabinete do Primeiro Ministro, Paula Lehtomäki, em representação da próxima Presidência Finlandesa, realizou uma sessão de trabalho com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Argentina, Jorge Taiana, do Brasil, Celso Amorim, do Paraguai, Leila Rachid, e do Uruguai, Reinaldo Gargano, em representação dos países membros do Mercosul e Carlos Alvarez, Presidente do Comitê de Representantes Permanentes do Mercosul.

1. A UE e o Mercosul debateram a situação em ambas as regiões. Os países do Mercosul informaram os seus homólogos da UE sobre os mais recentes progressos realizados com vistas a reforçar o processo de integração

regional, considerado como a pedra angular do desenvolvimento econômico e social das respectivas populações, bem como um instrumento fundamental para a consolidação da democracia e a estabilidade política na região. Foi dado especial destaque às decisões

tendentes a aperfeiçoar a livre circulação de bens e pessoas no Mercosul, bem como para reforçar o quadro institucional do bloco.

A UE teceu comentários sobre os principais desenvolvimentos ocorridos na União, entre os quais os debates em curso sobre o futuro da Europa e a próxima rodada de negociações com vistas ao alargamento da UE, tendo ainda

apresentado o estado de situação da Estratégia de Lisboa, destacando seus desafios e objetivos.

2. As Partes reafirmaram conferir prioridade estratégica à celebração de um Acordo de Associação Inter-regional ambicioso e equitativo, que constitua um instrumento de reforço das relações políticas, econômicas, comerciais e de

cooperação e contribua para reduzir as disparidades sócio-econômicas existentes.

Avaliaram a situação das negociações em curso para um acordo de comércio bi-regional, incluindo as evoluções recentes, e manifestaram sua expectativa de que as negociações conduzam à conclusão tempestiva e bem sucedida de um Acordo de Associação abrangente e equilibrado.

As Partes expressaram seu apoio ao avanço das discussões com o objetivo de se convocar nova reunião de negociações comerciais, no nível ministerial.

Além disso, salientaram a importância dos contatos de alto nível entre os representantes dos meios empresariais de ambas as regiões, incentivando-os a que continuem a reunir-se e a enriquecer o diálogo inter-regional entre a UE e o Mercosul com sugestões e contribuições construtivas.

3. A UE e o Mercosul salientaram a importância da dimensão política da sua parceria com base numa agenda comum que deverá incluir, entre outras questões, a adesão aos princípios do respeito pelos direitos humanos, democracia e Estado de direito.

Ressaltaram os progressos realizados neste âmbito e decidiram aprofundar o diálogo político, incluídas consultas mais frequentes no nível de Altos Funcionários sobre temas concretos e questões gerais de interesse mútuo.

4. A UE e o Mercosul reiteraram o seu pleno apoio ao sistema multilateral de comércio e endossaram o compromisso assumido na Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong no sentido de concluir com êxito em 2006 as negociações lançadas em Doha.

Reconheceram que um resultado ambicioso e equilibrado em todas as áreas em negociação será decisivo para a criação de um ambiente seguro, estável e equitativo, que propicie oportunidades de comércio e investimento para todos os membros da OMC, especialmente para os países em desenvolvimento, levando em consideração que as contribuições devem ser consistentes com o princípio do tratamento especial e diferenciado e o da reciprocidade assimétrica.

Por esse motivo, nos próximos meses, os membros da OMC terão de abordar todos os problemas e continuar as negociações dentro do quadro do Compromisso Único (Single Undertaking). Acentuaram a importância central da dimensão do desenvolvimento em todos os aspectos do Programa de Trabalho de Doha, tal como reitera a Declaração Ministerial de Hong Kong. Continuarão a ter em conta as preocupações especiais das economias pequenas e mais vulneráveis, bem como as dos países de menor desenvolvimento.

5. As Partes salientaram a importância do papel desempenhado pelo sistema das Nações Unidas. Congratularam-se com os resultados da Cimeira das Nações Unidas realizada em Setembro de 2005 e reiteraram o seu empenho em unir esforços com vista à plena implementação das reformas acordadas na Cimeira.

Neste contexto, acolheram com agrado a criação da Comissão de Consolidação da Paz e do Conselho dos Direitos Humanos. Reafirmaram ainda que estão empenhadas em continuar a contribuir para o processo de reforma das Nações Unidas em curso, de forma a capacitar melhor a Organização para enfrentar os desafios que se colocam hoje em dia.

Reiteraram a sua disponibilidade para promover um sistema multilateral eficaz e reforçar as capacidades da ONU para manter a paz, e bem assim para contribuir de forma determinada, através de um empenhamento construtivo, para dar respostas comuns aos grandes desafios nos domínios do desenvolvimento social e econômico, da segurança e dos direitos humanos.

6. No que respeita à prestação de assistência a título da cooperação, as Partes reconheceram como muito positivo o estabelecimento de uma cooperação global a nível bi-regional. Tomaram conhecimento dos progressos registrados

no que respeita à elaboração do Documento de Estratégia Regional da UE para o período de 2007 a 2013, que focalizará principalmente o apoio a prestar aos esforços desenvolvidos pelo Mercosul para completar o mercado comum e o modo de facilitar a implementação do futuro Acordo de Associação. (*Inforel 14.05.2006*)

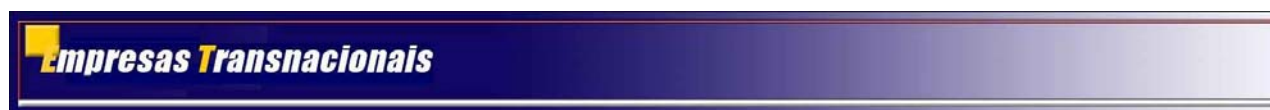
### **Confirmada a Cúpula América do Sul-África**

Está finalmente saindo do papel um dos mais ambiciosos projetos de política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Idealizada há mais de dois anos, a Cúpula América do Sul-África ocorrerá nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro deste ano em Abuja, capital da Nigéria, segundo revelaram ao Correio fontes do Itamaraty. A idéia é organizar um encontro nos mesmos moldes da Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília em maio de 2005.

No início deste ano, o governo brasileiro submeteu o projeto à União Africana (UA) e se dispôs a co-presidir o encontro, mesmo sem a certeza de que Lula será reeleito. Um alto funcionário do Itamaraty envolvido no planejamento da Cúpula garante que esse tipo de evento independe do resultado das eleições. A Nigéria pleiteou sediar a reunião e foi apoiada pela UA semanas atrás.

Serão convidados chefes de Estado e de governo de 65 países - 12 sul-americanos e 53 africanos. Seguindo o princípio geopolítico, defendido pelo Itamaraty, de reforçar as relações entre países do Hemisfério Sul, a reunião pretende estreitar os laços políticos, comerciais e culturais entre a América do Sul e a África.

Diplomatas brasileiros acreditam que a experiência e a credibilidade conquistadas pelo Brasil com a realização da Cúpula América do Sul-Países Árabes, que completa um ano na próxima semana, devem facilitar a organização do encontro de Abuja. A falta de contato entre as duas regiões e as pressões dos Estados Unidos para esvaziar a reunião em Brasília dificultaram a realização da cúpula com os árabes e reduziram a presença de dirigentes. O ministério aposta que, desta vez, não será necessário o envio de dezenas de missões para reforçar o convite junto aos governos envolvidos. (*Correio Braziliense, 05/05/06*)



### **Petrobrás estuda alternativas al gas boliviano**

La empresa estatal brasileña Petrobras anunció haber elaborado un plan detallado de racionamiento del uso de gas natural en el país, para enfrentar un eventual corte del abastecimiento por parte del gobierno boliviano. A partir del anuncio del presidente Evo Morales sobre la nacionalización de los hidrocarburos, hecho el 1º de mayo, la compañía petrolera incluyó en su planeamiento de emergencias la posibilidad de no poder contar con el gas natural importado.

En este momento, Brasil importa 25,2 millones de metros cúbicos diarios de gas boliviano, que son consumidos en las regiones sur, sureste y centro-oeste del país, que cuentan con ramificaciones del gasoducto Bolivia-Brasil. De acuerdo con los planes de la empresa petrolera estatal, el primero sería cortar el suministro a las refinerías de la propia compañía y a las centrales termoeléctricas que usan el gas natural como combustible.

En el caso de las refinerías, están en condiciones de sustituir inmediatamente el gas por otros combustibles como el gasoil. En el caso de las termoeléctricas, podrían ser desactivadas,

porque en este momento el país dispone de exceso de energía eléctrica. Esas dos medidas permitirían anular, con mucha rapidez, el consumo de cerca de 11 millones de metros cúbicos diarios de gas natural (4,5 millones en las refinerías y 6,3 millones en las termoeléctricas).

El primer escalón sería formado por aquellas industrias que pueden, a corto plazo, adaptarse a otro combustible, y por los vehículos automotores que pueden usar gasolina o alcohol combustible en lugar de gas natural (un millón de vehículos lo utilizan). Las estimaciones indican que esa forma de racionamiento permitiría prescindir de otros 3 a 4 millones de metros cúbicos diarios del combustible importado de Bolivia. En segundo lugar, racionamientos con las mismas características serían establecidos en Río de Janeiro y Espírito Santo, además de la región noreste, para enviar el gas así ahorrado a Sao Paulo y a la región Sur del país, los más dependientes del gas boliviano.

A corto plazo, Petrobras encara la construcción de gasoductos complementarios que permitan utilizar la totalidad del gas producido en territorio nacional, que muchas veces es quemado por no disponerse de medios de transporte hacia los mercados consumidores. A mediano plazo, la solución estaría en acelerar el proceso de producción en el campo gigante de Mexilho, situado en la cuenca marítima de Santos, que con mayores inversiones podría empezar a producir 5 a 6 millones de metros cúbicos ya en 2008. El gas boliviano es producido en asociación con petróleo, y la suspensión de su extracción representaría un corte en el abastecimiento de combustibles a la propia economía del país andino, lo que crearía serios problemas al transporte y la industria bolivianos. (*Argenpress, 15/05/06*)



### **OIT diz que América Latina tem déficit de 126 milhões de empregos formais**

O déficit de empregos formais na América Latina abrange 126 milhões de vagas, cresce mais de três milhões por ano e pode chegar à casa dos 158 milhões até 2015, se a região mantiver o mesmo ritmo de crescimento dos últimos cinco anos. O alerta foi dado ontem pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante seminário regional que visa a discutir medidas conjuntas para resolver o problema. Para o organismo, a situação é preocupante, pois o déficit representa 53% da população economicamente ativa (de 239 milhões) e se concentra entre autônomos, trabalhadores no serviço doméstico e familiares sem remuneração ou de microempresas com até cinco funcionários.

Uma dos problemas, aponta o relatório da OIT, é que os governos não dispõem de políticas específicas para esse público e tratam a questão do desemprego de forma genérica. Segundo o organismo, apesar de o mercado formal da América Latina ostentar resultado positivo nos últimos três anos, sobretudo no Brasil, na Argentina e no Peru, apenas um segmento da classe trabalhadora foi beneficiada, a que tem mais de 11 anos de estudo. Os novos contratados têm jornada mais extensa, embora ganhem o mesmo. Boa parte das vagas é criada pelo setor exportador, enquanto a agricultura e os serviços não recebem a atenção devida pelos governos.

Para o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, a estratégia de crescimento baseada nas exportações não resolve, a curto prazo, o problema da falta de emprego na região. Além disso, o desempenho da economia regional tem sido insuficiente para inserir maior número de trabalhadores no mercado. O relatório foi elaborado a partir de estatísticas oficiais. (*O Globo, 03/05/06*)

## Política externa: fracasso ou sucesso?

*Emir Sader*

A política externa brasileira é um fracasso ou um sucesso? Depende do ponto de vista de quem a analise. Para quem preferiria que o Brasil e a América Latina tivessem aderido à Alca,

***Para quem está a favor das políticas responsáveis pela miséria, a política externa brasileira é um fracasso***

ela é um fracasso, deveríamos retomar a política externa de FHC. Esta privilegiou as relações com os EUA e teria implementado a ALCA a partir de janeiro de 2005, com todas as nefastas conseqüências de um acordo de livre comércio em que a presença da maior potência capitalista do mundo detêm 75% do PIB da região e significaria não a integração, mas a subordinação total das economias do continente à dos EUA.

Para quem preferiria este caminho para o Brasil e a América Latina, a política externa brasileira é um fracasso, porque foi graças à firme defesa dos interesses do continente que a proposta da Alca feita pelos EUA não foi aprovada, enquanto seguiram adiante os projetos de integração regional, como o Mercosul, a Comunidade Sul-Americana de Nações e o gasoduto continental. Enquanto isso, países que assinaram o Tratado de Livre Comércio com os EUA renunciam até mesmo ao direito elementar de legislar sobre meio ambiente, além de ficar completamente à mercê da competição devastadora das empresas estadunidenses. Seria um passo irreversível para a renúncia até a políticas monetárias próprias, facilitando a dolarização das economias do continente. Além de que fortaleceria ainda mais um mundo unipolar sob hegemonia imperial dos EUA, que militariza os conflitos e busca impor, de forma prepotente, sua "guerra infinita" ao resto do mundo. Tudo isso foi brecado, na América Latina, pela política externa brasileira, abrindo espaço para os processos de integração regional, que precisam ser estendidos e aprofundados.

Da mesma maneira, o surgimento do Grupo dos 20, na reunião da OMC em Cancún, resultado das mobilizações dos que lutamos por um outro mundo possível, desde Seattle, passando por todos os Fóruns Sociais Mundiais, e da ação de governos que lutam por políticas de defesa dos globalizados contra os globalizadores e teve na política externa brasileira seu principal ator governamental, significou o reaparecimento de uma articulação dos países do sul do mundo, que havia deixado de existir há praticamente duas décadas. Para quem está a favor das políticas de livre comércio, levadas a cabo pela grandes potências mundiais, que controlam a OMC, responsáveis pelo aumento da concentração da riqueza, da desigualdade e da miséria no mundo, a política externa brasileira colecionou mais um fracasso. Deveria ter se somado à abertura indiscriminada de mercados para que importássemos ainda mais produtos das potências centrais do capitalismo, em detrimento dos produtos e serviços dos países da periferia.

Para os que acreditam que a reversão das relações de poder no mundo, que o combate à desigualdade e à miséria no mundo, que a construção de um mundo multipolar passam pela organização dos países do sul do mundo, foi um sucesso, que precisa ser fortalecido e aprofundado.

Para quem preferiria que o Brasil fosse uma ponta de lança da política imperial estadunidense, apoiando o golpe militar contra Hugo Chávez na Venezuela, que atuasse de forma prepotente contra a legítima nacionalização do gás boliviano, que apoiasse a intervenção militar dos EUA na Colômbia, assim como suas agressões e ameaças a Cuba, à Venezuela e à Bolívia, a política externa brasileira é uma decepção e um fracasso. Para quem considera positivo o surgimento da Alba, da Comunidade Sul-Americana de Nações, do gasoduto continental, da Telesul, da Petrosul, da Petrocaribe, deve entender que o Brasil, participando diretamente ou não, é um elo essencial na criação e manutenção desses espaços de articulação autônoma em relação à hegemonia estadunidense, ao articular um amplo arco de alianças que vai da Bolívia, Venezuela, Cuba, até Uruguai e Argentina, passando pelo nosso país.

A continuidade e o aprofundamento dessa política é a variável determinante em um futuro de integração e soberania regional na América Latina. Sua substituição desejada pelos que acreditam que seja um fracasso representaria a conquista pelos EUA de um aliado regional, que lhes falta hoje -contam com Uribe, que é mais um problema que uma solução-, para buscar desarticular os projetos de integração regional, implantar a Alca, cercar e isolar a Bolívia, a Venezuela e Cuba, estender suas bases militares pela região e militarizar os conflitos. Para isso precisam afirmar que a política externa brasileira fracassou e tem que ser substituída.

Para quem está pelo Mercosul e pela Comunidade Sul-Americana de Nações em lugar da Alca, para quem quer negociações pacíficas e equilibradas dos conflitos em lugar de intervenções militares, para quem quer Parlamento do Mercosul e moeda única da região em lugar de Tratados de Livre Comércio, bases militares e dolarização, a política externa brasileira é um sucesso, que tem que ser consolidado e estendido. (*Folha de SP, 15/05/06*)

**Emir Sader**, 62, é professor de sociologia da USP e da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), onde coordena o Laboratório de Políticas Públicas. É autor de "A Vingança da História" (Boitempo), entre outras obras.

## Foto rasgada

*Eliane Cantanhêde*

Olhando daqui dos EUA, a foto de Lula, Chávez, Kirchner e, agora, Evo Morales é ainda mais interessante, ou impressionante. Só falta Ollanta Humala, o candidato favorito à Presidência do Peru, para um retrato pronto e acabado do que ocorre na América do Sul.

A mesma foto foi feita na semana passada, mas sem Evo Morales. Foi quando Brasil, Venezuela e Argentina discutiram o supergasoduto de US\$ 23 bilhões, apelidado de "transpinel" por setores da Petrobras e chamado de "maluquice" por Morales.

Depois disso, o novo presidente boliviano abriu caminho a cotoveladas e conseguiu espaço na foto dos "companheiros". Ele é o pivô da crise, mas está só equilibrando, ou desequilibrando, a disputa entre os dois gigantes da região, Lula e Chávez.

Evo Morales enxota a brasileira EBX, que já investiu US\$ 50 milhões de um total de US\$ 330 milhões lá. E, cem dias depois de assumir a Presidência do país, jogou o Exército nas refinarias da Petrobras e ameaça expropriar os ativos da empresa, que tem US\$ 1,5 bilhão na Bolívia.

Lula ficou encurralado: não pode cortar os 25 milhões de metros cúbicos de gás boliviano consumidos por dia no Brasil nem romper com o país mais pobre da região, o que seria incoerente com sua política externa. Mas não tem como não reagir.

Do outro lado, o Brasil contribui com algo em torno de 15% do PIB da Bolívia, importa 80% de toda a sua produção de gás, e os bolivianos não têm tecnologia, nem mão-de-obra, nem dinheiro para explorar o próprio gás e cobrir uma eventual falta da Petrobras. É aí, neste ponto crucial, que entra Chávez, dando um trunfo e uma saída estratégica para Morales: se a Petrobras sai, a venezuelana PDVSA pode entrar.

A disputa é entre Lula e Morales, mas quem brilha é Chávez, com seu perfil guerreiro, seu petróleo, sua liderança e um novo dado: sua dubiedade em relação a Lula e ao Brasil. Eles todos acabam negociando, mas a foto já está rasgada. (*Folha de SP, 05/05/06*)

## De Rio Branco a Celso Amorim

*Luís Nassif*

Desde o século 19, as relações Brasil-Bolívia são sucessões de desencontros e mudanças de opinião -de lado a lado, freqüentemente levando ao racha nos dois lados. A compra do Acre -que, segundo o presidente boliviano, Evo Morales, custou o preço de um cavalo- foi objeto de longa negociação, que culminou com o Tratado de Petrópolis, de 1903, negociado pelo Barão do Rio Branco, por Rui Barbosa e por Assis Brasil.

Do lado brasileiro, reivindicava-se a posse de territórios que, pelo Tratado de 1867, eram reconhecidos como brasileiros pelos próprios bolivianos. Em troca, o Brasil oferecia uma área de 3.500 km<sup>2</sup> entre o Madeira e o Abunã; 1 milhão de libras esterlinas de indenização; a

construção de uma estrada de ferro no Brasil, de Guajará Mirim até Santo Antonio, no rio Madeira.

Os bolivianos consideram a proposta inaceitável. Rui Barbosa era radicalmente contrário a qualquer concessão adicional -e concessões são peças essenciais de negociação. O grande Rio Branco estava espremido entre o radicalismo do pequeno Rui e a saída de um arbitramento. Recusou os dois caminhos. "Este [o acordo direto] resolve as dificuldades presentes; o outro [o arbitramento] deixa-as de pé e provavelmente daria lugar a que territórios ocupados por brasileiros, no sul da linha oblíqua, fossem repartidos entre a Bolívia e o Peru."

Em 1938, houve o segundo grande tratado Brasil-Bolívia, dessa vez em torno do petróleo boliviano. Casava com o interesse brasileiro em nacionalizar o refino e com a política boliviana de nacionalizar suas reservas. O acordo arrastou-se com Vargas e Dutra, acelerou com o segundo governo Vargas, foi interrompido pelo interregno Café Filho, retomou ritmo com JK. E se está falando de Brasil. Quando se inclui a Bolívia, vira uma salada geral. Em 1952, assumiu o poder Paz Estensoro, no bojo de um golpe de Estado e com um discurso ultranacionalista. Vargas incumbiu seu ministro da Justiça, o demissionário Negrão de Lima, de resolver o impasse. Negrão foi a La Paz, utilizou o jargão nacionalista e convenceu Paz Estensoro a aderir ao conceito de "nacionalismo cooperativo", concebido não mais em termos nacionais mas como resultado de uma política continental de alto nível. Pegou. Saiu de lá com a assinatura das Notas Reversais, de 12 de agosto de 1953, reconstituindo a Comissão Mista Brasil-Bolívia.

Agora o chanceler Celso Amorim tenta uma fórmula capaz de casar o pragmatismo de Rio Branco com a habilidade de Negrão. Ocorre que, na outra ponta, há dois governantes complexos, para usar um termo educado. De um lado, Hugo Chávez, que conseguiu plenos poderes na Venezuela derrotando uma mídia que se desmoralizou sozinha na campanha contra ele. De outro, Evo Morales, que só agora está descobrindo o poder da palavra e se emprenha pelo ouvido, como qualquer neófito em negociações internacionais.

Fez bem o Itamaraty de compreender as bazófilas iniciais de Morales, dentro do contexto das eleições para a Constituinte. Mas agora se tem, numa ponta, o abuso de quem gostou de ouvir as repercussões de suas próprias palavras e está construindo seu capital político à custa do desgaste do aliado Lula e do vizinho Brasil. Na outra, um governante, Chávez, que claramente passou a disputar com Lula a liderança do continente.

E Amorim vive o dilema de Rio Branco, em uma época em que as comunicações exigem muito mais rapidez. Terá muito menos tempo que Rio Branco para mostrar resultados.

O rompimento será a derrota de sua política externa. Permitir que Morales e Chávez continuem a turbinar sua campanha à custa do Brasil custará seu cargo e o de Samuel Pinheiro Guimarães, os homens que lançaram a tese da integração continental. Se Morales e Chávez contiverem a língua solta e conseguirem colocar a integração continental acima das bazófilas e do jogo de cena, Amorim e Pinheiro vencem o jogo. Se a escalada de declarações continuar, não restará outro caminho que a troca da chancelaria, por erro grave de estratégia na diplomacia continental. *(Folha de São Paulo, 14/05/06)*

### **Comercio interno en América Latina crecerá 15%**

El comercio entre los países de la Asociación Latinoamericana de Integración - ALADI aumentará 15,5% en 2006, con un intercambio que alcanzará los 90.000 millones de dólares, según el informe Proyecciones del Comercio Interregional - Perspectivas para el 2006.

El documento de la Secretaría General de la Aladi, indica que "el comercio intraregional continuará creciendo a buen ritmo en 2006 aunque (...) a una tasa menor que la de los dos años anteriores". En 2004, el comercio interregional creció 37,6% respecto de 2003, mientras que en 2005 el aumento fue de 25,9%. "El incremento esperado para el corriente año se ubicaría en torno al 15,5%, lo que llevaría al intercambio al interior de la Aladi a valores cercanos a los 90.000 millones de dólares", dice el informe, que toma como referencia las cifras de importaciones.

"Se espera que Brasil se constituya en el principal factor de crecimiento del comercio intraregional", pues "contribuiría con el 24%", señala el informe. La expansión comercial interregional de 2006 "se producirá en un contexto de crecimiento global de la actividad

económica en la Aladi, que se espera crecerá en conjunto a una tasa similar a la registrada en 2005 (4,5%)".

"Para 2006 se espera un cierto enlentecimiento en el crecimiento de Argentina y Venezuela (que de todas formas registrarán tasas importantes de expansión), mientras que las expectativas son que México y, especialmente, Brasil tengan mejores desempeños que durante 2005", agrega. (*La Republica*, 15/05/06- *Para ler o texto em português* –

[http://www.aladi.org/nsf/aladi/titulare.nsf/inicio2004P?OpenFrameSet&Frame=basefrm&Src=\\_45tn76pj1dhgm8g9fehk\\_n8tbcc5p6abjeedj2utjkd5q7ar31e9rmaohi60o38s1fc4q34chm6cq6c35c4qjac36c4o36chl6sojcohg60r62cphcos3ujrgcln48rr3elmmarjk4p0nat3f8pp62rb5cg0](http://www.aladi.org/nsf/aladi/titulare.nsf/inicio2004P?OpenFrameSet&Frame=basefrm&Src=_45tn76pj1dhgm8g9fehk_n8tbcc5p6abjeedj2utjkd5q7ar31e9rmaohi60o38s1fc4q34chm6cq6c35c4qjac36c4o36chl6sojcohg60r62cphcos3ujrgcln48rr3elmmarjk4p0nat3f8pp62rb5cg0)

### **Nota da AEPET sobre o gás da Bolívia**

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, com a autoridade de ter sido a maior voz que se manifestou, com veemência, contra o projeto e o contrato do gasoduto Bolívia-Brasil da forma como foi concebido, vem a público se posicionar sobre a recente atitude do governo boliviano na nacionalização do gás e demais instalações petrolíferas naquele país.

Fomos contra o projeto pelas seguintes razões:

1) Era danoso para a Petrobrás: a fim de viabilizar o mercado para as reservas que as multinacionais Enron, Total, Shell (campo de Camisea, no Peru) haviam descoberto na Bolívia (e Peru), a Petrobrás foi obrigada a investir no pior projeto de sua história: o do gasoduto Bolívia-Brasil. Ele tinha economicidade duvidosa, pois a taxa de retorno, calculada na época por especialistas da empresa, era 10% ao ano e o custo financeiro 12% a/a.

O contrato, ainda, continha cláusulas leoninas contra a Petrobrás, entre elas aquela denominada 'take or pay' que a obrigava a pagar pelo volume de gás contratado, mesmo que não tivesse demanda para o referido volume (a Petrobrás chegou a importar 12 milhões de metros cúbicos por dia e pagar por 24 milhões); a Petrobrás seria obrigada a bancar o risco cambial já que o gás era importado em dólar e o preço dele era atrelado ao preço internacional do petróleo; a Petrobrás seria obrigada a comprar a energia gerada pelas usinas termoeletricas a serem construídas (perdeu US\$ 2 bilhões pagando energia das três usinas marchant da Enron, El Passo e Eike Batista, sem que elas gerassem um único Kilowatt).....

A AEPET considera a soberania um valor inalienável e, portanto, o presidente da Bolívia tem o dever de defender os interesses do povo que o elegeu através do único bem mineral que resta ao seu país tão explorado em suas riquezas no passado. Da mesma forma achamos que o governo LULA tem dever de defender o patrimônio da população brasileira que o elegeu. Temos recursos minerais abundantes, temos o maior volume de água doce do planeta que, junto com a energia do sol, nos faz o país mais viável do mundo.

Diretoria e Conselho Deliberativo da AEPET

Rio de Janeiro, 08 de Maio de 2006

Fonte: Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET

Fechamento: 14/05/2006 - [www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)

Leia a nota completa em <http://www.sindicatomecosul.com.br/noticia02.asp?noticia=31293>